

Responsabilidade

São inúmeras e óbvias as razões por que o programa de reajustamento econômico não deve ser objeto de alterações deformadoras, à força de decisões eventualmente adotadas ao largo dos controles sob responsabilidade do Executivo. A estratégia do presidente Fernando Collor, consubstanciada no Plano Brasil Novo, desenvolve-se com êxito indiscutível, que se reflete na redução das taxas de incremento inflacionário, na queda vertical do **deficit** público, na reorganização crescente da burocracia estatal e na reordenação do sistema econômico. Há outros e também respeitáveis motivos para considerar adequadas às exigências saneadoras, nas esferas oficial e privada, as ações reformistas que singularizam a política econômico-financeira posta em prática desde 15 de março.

Aí se encontram, em sumário extremamente rígido, os pressupostos de ordem interna que recomendam manter indene o processo em marcha, salvo quanto a retificações de ordem periférica e circunstancial, segundo assim recomendem as avaliações do próprio Executivo. Não se trata de atribuir exclusivismo ao Planalto na condução das questões nacionais, cujo encaminhamento interessa a todas as instituições chamadas constitucionalmente a partilhar das decisões do poder. Mas, exatamente, de conferir operacionalidade ao programa isenta de ambiguidades, desvios e conceituações precipitadas, sem que tal disposição importe na desmobilização do poder crítico deferido à sociedade.

Outras e mais poderosas razões se juntam, desta feita no âmbito externo, para tornar imperiosa a necessidade de oferecer-se ao plano de reajustamento da economia a garantia de desdobramento seguro, portanto a salvo de modificações intempestivas. As instituições internacionais a cargo das relações financeiras jamais expressaram tanta unanimidade em relação ao Brasil quanto agora, no particular aos esforços do governo Collor para recuperar a economia, modernizar o Estado e criar os mecanismos de inserção do mercado interno no livre jogo do capital. Ainda agora, é o próprio Fundo Monetário Internacional, cabeça do sistema oficial do crédito e do financiamento externos, que destina o seu aval político às ações pelo rejuvenescimento da economia brasileira. Pois são o quanto valem as declarações solidárias de Thomas Reichmann, chefe da missão do FMI atualmente no Brasil.

A contrapartida nessa questão vital é a de que o presidente Fernando Collor, atual destinatário dos êxitos até agora alcançados, assumirá a responsabilidade pessoal por eventual malogro de sua proposta reformista, se bem que a consciência esclarecida do País não deseje semelhante tragédia. Cabe ao Congresso Nacional, por onde transitam proposições portadoras de alto risco à tangibilidade do Plano Brasil Novo, anotar as sugestões em pauta para atuar segundo o interesse nacional. Afinal, a virtude da política está na adequação do comportamento à realidade dos fatos.